

9 O passado americano contestado

História estava na moda para os americanos do final do século XX. Pesquisa genealógica se tornou cada vez mais comum, construção de museus e monumentos prosperou, e a reconstituição da Guerra Civil se transformou em um verdadeiro passatempo nacional. Em 1995, a A&E Television Networks lançou o History Channel, que imediatamente atraiu altas classificações para uma programação que incluía uma grande dose de programas sobre a Segunda Guerra Mundial, particularmente sobre Hitler. A Walt Disney Company tentou lucrar com essa obsessão no início dos anos 1990 com um parque temático dedicado à história americana. A Disney's America deveria ter sido parte herança, parte diversão, uma mistura de "sério" e "divertido". Semelhante a outros museus de história viva, como o Colonial Williamsburg, a Disney's America deveria simular eventos importantes na história americana. Mas, em contraste, os clientes da Disney's America teriam um gostinho da história autêntica do ponto de vista dos brinquedos do parque de diversões. O CEO da Disney, Michael Eisner, destacou o lado sério do parque ao proclamar que ele rejeitaria uma "visão Pollyanna" da história americana. Ele prometeu "mostrar a Guerra Civil com todo o seu conflito racial" e até mesmo discutiu como lidar com a Guerra do Vietnã. Tal abordagem atraiu críticas de todo o mapa político. O cartunista político liberal Tom Toles ridicularizou a ideia ao sobrepor Pateta em uma maquete da imagem icônica de uma garota nua, gravemente queimada por napalm, fugindo de soldados sul-vietnamitas patrocinados pelos EUA. O conservador William Kristol argumentou que se a Disney fosse "ter uma versão brega da história americana, deveria ser pelo menos uma versão brega, patriótica e heróica". Infelizmente, a Disney descartou seus planos para um parque temático de história devido em parte a esse ceticismo generalizado.¹ A polêmica da história da Disney demonstrou que, embora os americanos estivessem tendo um interesse extraordinário no passado da nação, eles discordavam fervorosamente sobre como ele deveria ser representado. As guerras históricas dominaram a nação. Um número crescente de americanos levou a sério o truismo de George Orwell de que "quem controla o passado controla o futuro". Para os conservadores, a história redimiria a nação de tudo o que havia dado errado desde os anos 60. A história ajudaria especialmente os americanos a superar o trauma da Guerra do Vietnã. Norman Podhoretz argumentou que a história do papel dos Estados Unidos naquela guerra, que havia sido relegada ao "equivalente forense de uma sepultura sem identificação", precisava ser revisada e que a saúde da nação dependia disso. Isso se tornou evidente para Podhoretz quando, durante a campanha presidencial de 1980, Ronald Reagan chamou a Guerra do Vietnã de uma "causa nobre". Embora os especialistas tenham caracterizado a revisão histórica de Reagan como um erro, Podhoretz escreveu que "a gafe de Reagan estava mais próxima da verdade" do que a maioria supunha. Ele argumentou que os Estados Unidos falharam em vencer a guerra em parte porque muitos americanos negaram que ela fosse moralmente justa. Essa elocução de "punhalada nas costas" serviu como o ponto crucial de como os conservadores pensavam que a história poderia redimir a nação. Se os Estados Unidos da América voltassem a ser a nação indispensável do mundo — uma cidade sobre uma colina — os conservadores tinham de vencer a luta sobre seu significado histórico.² Para aqueles da esquerda, a história não era menos importante. A interpretação esquerdista da história americana, assim como a versão direitista, frequentemente agia como uma forma de

redenção. A maior atenção dada à história dos negros, nativos americanos, chicanos, imigrantes, mulheres e trabalhadores foi em parte um meio de redimir a humanidade de pessoas previamente varridas pelas narrativas históricas tradicionais que

focado no papel de homens brancos poderosos. Mas os americanos de esquerda também entenderam o propósito da história como uma ferramenta para a transformação social. Howard Zinn, que fez mais do que qualquer indivíduo para popularizar uma versão esquerdista da história americana, aconselhou que os historiadores poderiam encorajar mudanças radicais dando voz aos sem voz da história. Esse foi o propósito primordial de Zinn ao escrever *A People's History of the United States*, que vendeu mais de dois milhões de cópias desde que foi publicado em 1980. A obra-prima de Zinn era uma alternativa aos livros didáticos tradicionais que contavam histórias de progresso inflexível e impulsionado pela elite. *A People's History* foi explicitamente enquadrada da perspectiva dos oprimidos. As descrições assombrosas de sofrimento de Zinn — pelos despossuídos, escravos, operários de fábrica e vítimas de guerra — tinham a intenção de evocar empatia pelos subjugados.

Mas talvez mais importante do que destacar aqueles que sofreram nas mãos de uma elite implacável, *A People's History* enfatizou os americanos que resistiram à injustiça. Zinn buscou conectar o passado ao presente de uma forma que ele acreditava que seria útil na promoção da "justiça e fraternidade". Escrever uma história americana alternativa foi, para Zinn, plantar as sementes das quais um futuro americano alternativo poderia florescer.³ A maioria dos americanos que leram *A People's History of the United States*, sem dúvida, considerou-a uma grande revisão. Mas, na verdade, o livro de Zinn foi uma obra de síntese possibilitada por um crescente corpo de estudos, conhecido como história social, que já havia desenterrado as histórias de povos há muito negligenciados por uma disciplina excessivamente sintonizada com as elites políticas e econômicas. Os historiadores sociais buscaram provar que até mesmo os povos oprimidos ajudaram a determinar a trama e a trama da história — que até mesmo os miseráveis tinham "agência". O livro inovador de Gary Nash de 1974, *Red, White, and Black: The Peoples of Early America*, argumentava que a história dos índios americanos e dos escravos negros era mais do que apenas um subproduto de forças postas em movimento pelos colonos europeus.

Em vez disso, as hordas inarticuladas participaram ativamente da construção de um novo mundo. “Os africanos não foram meramente escravizados. Os índios não foram meramente expulsos da terra”, explicou Nash. “Incluí-los em nossa história dessa forma, simplesmente como vítimas dos europeus mais poderosos, não é melhor do que excluí-los completamente. É tornar sem voz, sem nome e sem rosto pessoas que afetaram poderosamente o curso de nosso desenvolvimento histórico como nação.” Os historiadores sociais sustentavam que seu assunto não tradicional permitia uma leitura mais precisa do passado. Os índios americanos, afinal, constituíam a maioria da população da América do Norte durante a era colonial. Não levar em conta sua influência era simplesmente uma história ruim. Claro que os historiadores que resistiram às suas reivindicações sobre a disciplina — aqueles que viam os historiadores sociais como bárbaros nos portões — frequentemente invocavam o espectro da objetividade. Nas páginas da *American Historical Review*, Irwin Unger acusou os historiadores sociais de serem motivados por uma “mentalidade exagerada no presente”, “não pelo diálogo natural da disciplina, mas pelas preocupações do mundo cultural e político externo”. Os historiadores sociais responderam reivindicando o próprio manto de padrões profissionais que seus críticos os acusaram de subverter. Jesse Lemisch, que ajudou a inaugurar a “história de baixo para cima” com seu trabalho inovador sobre marinheiros mercantes durante a Guerra Revolucionária, repreendeu os tradicionalistas: “Nós simplesmente não permitiremos que vocês tenham o luxo de continuar a se chamar de politicamente neutros. Estamos nas bibliotecas, escrevendo história, tentando curá-la de suas ficções partidárias e autocongratulações, tentando vir um pouco

mais perto de descobrir como as coisas realmente eram.” Em outras palavras, embora os historiadores sociais estivessem revisando a narrativa americana de maneiras radicais, eles compartilhavam as suposições metodológicas e epistemológicas dos historiadores tradicionalistas com os quais eles batalhavam. Se os estudos dos pais fundadores nos levaram mais perto da verdade histórica do que as investigações do proto-lumpenproletariado da era revolucionária estava em debate, não se era ou não possível decodificar a verdade histórica objetiva no primeiro lugar. Embora os historiadores sociais acreditassem ser fornecedores da verdade, eles também tendiam a ser explícitos sobre seu posicionamento político. Isso porque eles eram hiperatentos a como sua bolsa de estudos era uma mudança radical na disciplina. Como Nash argumentou, os historiadores não podiam mais negar o simples fato de que “nós lemos, pensamos e escrevemos seletivamente e de maneiras que refletem nossos preconceitos culturais”. A chave para esse reconhecimento era que os historiadores sociais não eram os únicos acadêmicos tendenciosos. Seus adversários tradicionalistas estavam igualmente comprometidos, se não mais por sua recusa em reconhecer seus próprios preconceitos. Seguindo os passos daqueles que foram pioneiros nos estudos negros, étnicos e femininos, os historiadores sociais ajudaram a normalizar a ideia de que a escrita histórica, como todas as formas de conhecimento, era carregada de valor. O título da autobiografia de Zinn, *You Can't Be Neutral on a Moving Train*, era a metáfora perfeita para tal subjetividade consciente.

Com um número crescente de pessoas entrando na disciplina histórica admitindo que seu trabalho recebeu direção de considerações ideológicas, o conhecimento histórico se fragmentou. Para historiadores esquerdistas, essa foi uma consequência inevitável de seu desafio aos historiadores tradicionais, aqueles que julgavam apenas os feitos de homens brancos ricos como sendo o material da história. Dessa forma, historiadores sociais, talvez involuntariamente, minaram a premissa de objetividade ao revelar que narrativas históricas são sempre parciais — interpretações históricas são sempre políticas. Como os historiadores Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob colocaram: “É como se os historiadores sociais com sua paixão por destrinchar o registro histórico tivessem cavado um buraco potencialmente fatal no qual a história como disciplina poderia desaparecer completamente.” Dado que acadêmicos juniores estavam sendo condicionados a uma disciplina com escolas de pensamento concorrentes sobre o que, se é que alguma coisa, contava como verdade histórica — e dado que um número crescente deles, como seus colegas nos departamentos de inglês, estavam lendo antifundacionalistas como Foucault — é fácil ver, em retrospecto, como a interpretação histórica se tornou cada vez mais um empreendimento conscientemente relativista. Também é fácil ver como a virada social foi rapidamente seguida por uma virada cultural. Em vez de escavar experiências humanas marginalizadas para revisar uma narrativa histórica empírica sobre a América, os historiadores culturais decodificaram o significado contextualmente específico das práticas culturais para entender como os seres humanos se ajustavam às suas situações únicas. Além de exumar o arquivo social, como registros legais, para explicar como as pessoas marginalizadas ajudaram a moldar a história, os historiadores culturais buscaram efêmeras, como imagens, para teorizar sobre o desejo e outros fenômenos intangíveis. Em suma, as conceituações de poder, sempre cruciais para a interpretação histórica, haviam mudado. Enquanto os historiadores sociais, como os historiadores políticos tradicionais, entendiam o poder como palpável, como algo que as pessoas tomavam e tinham tomado delas, os historiadores culturais entendiam o poder como proteico, como algo embutido em rotinas como a linguagem e hábitos de consumo. Assim, os historiadores culturais investigavam as maneiras pelas quais as práticas culturais

categorias hierárquicas regulamentadas como raça e gênero. De fato, demonstrar como classificações supostamente neutras como raça e gênero mascaravam o poder tornou-se o projeto da história cultural. A ascensão da história cultural não relegou a política ao margens da disciplina. Em vez disso, tudo o que era histórico era um jogo justo para análise política. A história cultural, dessa forma, deve ser pensada como uma aplicação acadêmica do slogan feminista dos anos 60 “O pessoal é político” — deve ser considerada parte integrante da virada cultural da esquerda. A politização de assuntos históricos além do escopo da história política tradicional enfureceu acadêmicos tradicionalistas como Gertrude Himmelfarb. Na década de 1980, enquanto se preparava para a aposentadoria de seu cargo na City University of New York, onde lecionava história desde 1965, Himmelfarb voltou seus consideráveis talentos literários para lutar nas guerras da história. Em termos gerais, ela rejeitou a aplicação de estruturas teóricas informadas por Foucault e outros pensadores continentais que relativizavam a moralidade como uma expressão de poder. Mais especificamente, Himmelfarb se opôs à politização da história que ela acreditava andar de mãos dadas com a hiperatenção anacrônica da disciplina à santíssima trindade “raça/gênero/classe”. “Qualquer parte dessa trindade”, ela escreveu, “envolve uma revisão considerável do passado, mas o todo requer nada menos que sua desconstrução”. Himmelfarb criticou a bolsa de estudos da historiadora feminista Joan Scott como representante de tendências à politização. Scott buscou “decodificar” o passado por seu sexismo implícito, mesmo ou especialmente em situações em que os contemporâneos falharam em ver o sexismo. Himmelfarb insistiu que privilegiar o gênero era uma imposição a-histórica de preocupações presentes. “Os contemporâneos podem ter pensado que sua história foi moldada por reis e estadistas, política e diplomacia, constituições e leis. Novos historiadores sabem melhor”, escreveu Himmelfarb.

“Eles sabem que a 'alta política' é efêmera e epifenomenal, para não falar de ser elitista e sexista.” Ao contrário dos historiadores culturais, que viam seus temas históricos pelos olhos dos historiadores culturais, Himmelfarb permitiu que seus temas históricos falassem por si mesmos, e ela frequentemente gostava do que ouvia, especialmente ao escrever sobre a Inglaterra vitoriana, sua principal área de especialização. Himmelfarb contrastou a certeza moral da cultura inglesa vitoriana com o relativismo moral da cultura americana pós-moderna. Este último foi nitidamente representado pelo que ela chamou de “Nova História”. Em uma mesa redonda da *American Historical Review* de 1989 que apresentou a crítica de Himmelfarb às tendências disciplinares, Joan Scott rebateu Himmelfarb citando o lema fundador da *American Historical Association* (AHA) — “a história é política passada e a política apresenta história” — como uma defesa da Nova História. Ela acreditava que a máxima da AHA descrevia bem como os historiadores culturais conceituavam a política além das “operações formais de governo” para incluir “disputas que envolvem poder no sentido de Michel Foucault — poder não apenas como uma relação de repressão ou dominação, mas também como um conjunto de relações ou processos que produzem efeitos positivos”. Tal noção de poder, na qual as pessoas eram entendidas como tendo agido tanto pelo desejo quanto pelo medo, implicava que mesmo os reprimidos eram investidos em “significados de verdade” que os mantinham em seus grilhões alegóricos.

Historiadores tradicionalistas como Himmelfarb se opuseram a tal teoria como uma imposição dos preconceitos do historiador e, portanto, como uma distorção relativista da verdade. Tais queixas demonstraram a Scott que os historiadores tradicionalistas, como a elite que eles veneravam, acreditavam erroneamente que suas visões particulares do mundo eram universais. Ela pensou que

ansiedades tradicionalistas sobre o relativismo serviram como cobertura para respostas reacionárias à democratização do empreendimento histórico. Ataques a novas formas de interpretação histórica eram frequentemente motivados, conscientemente ou não, por objeções ao fato de que os Novos Historiadores focavam em mulheres e minorias. A Nova História ameaçava, escreveu Scott, “a uniformidade, continuidade e homogeneidade que os historiadores ortodoxos tradicionalmente buscavam impor”. O historiador Lawrence Levine colocou em termos semelhantes: “[A] crítica primária da historiografia contemporânea tem pouco a ver com o tipo de história que praticamos e quase tudo a ver com os sujeitos dessa história”. Mesmo que os tradicionalistas frequentemente confundissem relativismo com multiculturalismo, muitos historiadores, incluindo aqueles com compromissos políticos de esquerda, se preocupavam com a falta de preocupação em “contar a verdade sobre a história”, como Appleby, Hunt e Jacob intitularam seu livro de 1994.

Esses três historiadores, embora um tanto simpáticos aos Novos Historiadores, ainda assim os acusaram de negligenciar o propósito de longa data do ofício histórico: lançar luz sobre a verdade. De fato, Hayden White, um dos mais proeminentes teóricos americanos das novas técnicas históricas, alegou provocativamente que o trabalho do historiador não era mais do que “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa”. Em outras palavras, para um historiador cultural como White, a verdade histórica era incognoscível e, francamente, irrelevante. Os historiadores, como tais, não eram tão diferentes dos romancistas. Ambos construíram narrativas. Evitando tal posição antinômica, Appleby, Hunt e Jacob argumentaram em favor de “uma prática democrática da história [que] encoraja o ceticismo sobre as visões dominantes, mas ao mesmo tempo confia na realidade do passado e em sua cognoscibilidade”.

Estacas políticas significativas estavam envolvidas em tal luta contra anarquistas epistemológicos como White. “É como se o ensino superior fosse aberto para nós — mulheres, minorias, trabalhadores”, preocuparam-se Appleby, Hunt e Jacob, “ao mesmo tempo em que perdemos a fundação filosófica que havia sustentado a confiança de pessoas educadas”. A luta pela representação era em parte uma luta pela autoridade intelectual, cuja própria premissa havia sido minada por teorias relativistas da história e do poder.

Com isso em mente, os autores de *Telling the Truth about History* acreditavam que uma defesa calculada, embora limitada, da prática histórica tradicional era necessária. “Em vez de sublinhar a impossibilidade de objetividade total ou explicação causal completamente satisfatória, estamos destacando a necessidade das explicações mais objetivas possíveis como a única maneira de avançar, talvez não em uma linha reta de progresso para o futuro, mas em direção a uma comunidade intelectualmente mais viva e democrática, em direção ao tipo de sociedade em que gostaríamos de viver.” É claro que os conservadores, especialmente aqueles fora da academia, consideravam qualquer variante de esquerda da história americana herética, mesmo aquelas que ofereciam “as explicações mais objetivas possíveis”.¹ Para os de fora, as disputas dentro da disciplina histórica muitas vezes pareciam prosaicas. Mas os debates de história do final do século XX reverberaram além da torre de marfim. Isso foi o resultado de fatores contraditórios. Como os americanos estavam indiscutivelmente mais investidos no passado do que nunca, os historiadores profissionais receberam grandes plataformas para disseminar sua expertise. No entanto, o abismo entre a forma como os historiadores profissionais explicavam a história do país e a forma como a maioria dos americanos a entendia cresceu em proporções imensas.

Protegidos pela liberdade acadêmica, os historiadores não tinham restrições suficientes para investigar o passado de maneiras que complicavam a narrativa tradicional do excepcionalismo americano.

Mas a maioria dos americanos continuou a aprender sobre o passado da nação, em escolas, museus, parques nacionais e filmes, como sempre fizeram, como um conto de grandeza nacional e progresso ininterrupto. A maioria dos americanos não seguiu as reviravoltas sociais e culturais da disciplina histórica. Quando historiadores profissionais buscaram injetar essas novas formas de conhecimento histórico no mundo público além da torre de marfim — quando buscaram estender sua bolsa de estudos para museus e para o currículo escolar — um choque de culturas ocorreu, um choque que se misturou com as guerras culturais mais amplas. As guerras históricas não alteraram a vida intelectual dentro da disciplina histórica de nenhuma forma significativa, exceto por dar aos historiadores forragem adicional para seu ensino e bolsa de estudos. O debate historiográfico, afinal, havia sido a força vital da história profissional. Mas além da academia, as guerras históricas importavam. Interesses conservadores poderosos com pouco respeito pelas normas acadêmicas contestaram vigorosamente o conhecimento acadêmico que desafiava América normativa. Algumas das escaramuças históricas mais intensas surgiram de exposições contenciosas em exibição no Smithsonian Institution. Durante a maior parte de sua história, o propósito do Smithsonian — o "sótão da nação" — era consagrar objetos do passado heróico americano. Mas, na década de 1980, os curadores usavam cada vez mais os artefatos do Smithsonian como veículos para interpretações históricas sobre relações sociais. Essa mudança de prioridades foi em parte resultado da recessão econômica da década de 1970, que atingiu o ensino superior de forma particularmente dura. Um número crescente de historiadores com formação acadêmica, incapazes de obter cargos como professores em um mercado de trabalho impossivelmente apertado, foram contratados por museus. Consequentemente, as tendências na história pública começaram a seguir as tendências na história acadêmica. Mais e mais historiadores públicos que trabalhavam como curadores de museus, incluindo aqueles no Smithsonian, evidenciavam as mesmas sensibilidades culturais de esquerda que se tornaram tão proeminentes nos campi universitários. Eles buscavam perturbar a história americana triunfalista que os museus há muito estavam acostumados a contar. Isso pode ser visto em exposições como *Field to Factory*, uma história social da Grande Migração de milhões de negros do Sul, e *A More Perfect Union*, que se concentrou na internação de nipo-americanos durante a Segunda Guerra Mundial. Embora nenhuma dessas exposições, exibidas no Museu de História Americana do Smithsonian a partir de 1987, tenha gerado muita controvérsia, elas sinalizaram as mudanças na prática histórica pública que inevitavelmente trouxeram as guerras culturais para o "sótão da nação".¹¹ A primeira grande controvérsia do Smithsonian surgiu em 1991 sobre uma exposição no Museu Nacional de Arte Americana intitulada *The West as America*. Os curadores da exposição usaram textos de parede para narrar as pinturas de ilustres artistas americanos do século XIX — Thomas Cole, George Catlin, Frederic Remington e Thomas Moran, entre outros — de modo que os espectadores pudessem pensar criticamente sobre os subtextos da arte. Especificamente, os curadores queriam que os visitantes refletissem sobre como a arte representava a romantização do destino manifesto. Elizabeth Broun, que dirigiu o Museu Nacional de Arte Americana, sustentou que o propósito de *The West as America* era subverter os entendimentos convencionais da expansão para o oeste. "Que a sociedade americana ainda luta para se ajustar às limitações dos recursos naturais, para conceder justiça atrasada às populações nativas, para localizar as contribuições das minorias étnicas dentro de uma tradição dominante e para resolver conflitos entre a liberdade pessoal desenfreada e o bem social maior", escreveu Broun, "nos diz que ignoramos nossa história por muito tempo, aceitando as imagens do últi

curador da coleção *The West as America*, argumentou que esse “corpo de artistas talentosos” em particular auxiliou os esforços do governo federal para subjugar a terra e os povos do Oeste. Por exemplo, *Among the Sierra Nevada Mountains*, de Albert Bierstadt, de 1868,

Califórnia, uma pintura enorme de uma paisagem pitoresca de montanha, lançou o Oeste americano “como um novo Éden, anunciando suas maravilhas cênicas e publicizando seus recursos impressionantes”. Bierstadt e os outros pintores expostos em *The West as America*, de acordo com Truettner, ajudaram a vender o Oeste como “um hino nacional agressivamente fabricado”.¹² Não é de surpreender que *The West as America* tenha tido muitos detratores. O crítico de arte do *New York Times* Michael Kimmelman chamou a exposição de “revisionismo histórico-artístico”.

Embora não fosse insensível à noção de que as pinturas de Bierstadt e outros ajudaram a vender o destino manifesto, Kimmelman argumentou que a exposição era muito didática, muito inequívoca, muito carregada de “análises forçadas e observações inflamatórias”.

O historiador Daniel Boorstin, que foi bibliotecário do Congresso de 1975 a 1987 e cuja bolsa de estudos também serviu como uma celebração do espírito pioneiro americano, acusou que *The West as America* era “perverso, historicamente impreciso e destrutivo”. O *Wall Street Journal* editorializou que a exposição era “um ataque ideológico totalmente hostil à fundação e à história da nação”. Charles Krauthammer a chamou de “a exposição de museu mais politicamente correta da história americana”. Previsivelmente, a má imprensa ajudou a vender ingressos — 60% a mais do que o museu havia vendido na exposição especial do ano anterior.

A controvérsia também criou um nível incomum de participação por parte dos frequentadores do museu, que esperavam em longas filas para assinar os livros de comentários. Alguns dos comentários, mais tarde publicados no *New York Times*, eram de apoio.

“Não deixe os políticos te deterem”, escreveu um visitante. “Eles não lidam muito bem com a realidade, de qualquer forma.” Outros convidados criticaram a exposição. “Nunca vi interpretações tão simplistas, ignorantes e mesquinhas de uma arte brilhante que se sustenta por si só”, escreveu um frequentador ofendido. “Jesse Helms certamente estava certo o tempo todo sobre o dinheiro dos nossos impostos apoiando a propaganda vil e antiamericana.” Uma coisa era certa: ao questionar as premissas da expansão para o oeste, tão centrais para a mitologia americana, *The West as America* expôs os nervos à flor da pele da compreensão fragmentada de uma nação sobre seu passado.¹³ À medida que as guerras históricas esquentavam nos museus, elas também ganhavam força nas escolas. No início da década de 1990, um comitê especial do comissário de educação de Nova York divulgou um relatório de noventa e sete páginas sobre currículos de história que desencadeou um debate nacional. *Uma Nação, Muitos Povos: Uma Declaração de Independência Cultural*, que aconselhou uma abordagem ao ensino de história que enfatizasse o pluralismo racial da América, estabeleceu um tom de confronto em sua primeira frase: “Afro-americanos, asiático-americanos, porto-riquenhos/latinos e nativos americanos foram todos vítimas de uma discriminação intelectual e educacional

opressão que caracterizou a cultura e as instituições dos Estados Unidos e do mundo europeu-americano por séculos.” A saída para tal opressão era ensinar a história das minorias — um método que o comitê especial de Nova York acreditava que ressoaria com novas atitudes em relação à identidade racial. Não mais contentes “com a exigência, comum no passado, de que abandonassem suas diferenças culturais específicas para serem considerados americanos”, a maioria dos americanos, especialmente os americanos não brancos, afirmava o direito à diversidade cultural e, talvez, até mesmo à autonomia. A história, em suma, não deveria mais refletir uma identidade americana normativa. Ao contrário, deveria ser ensinada para

para desafiar tais normas tirânicas.¹ Nem todos os membros do comitê especial de Nova York concordaram com o relatório. A dissidência mais famosa foi escrita pelo venerável historiador liberal e intelectual do Partido Democrata Arthur Schlesinger Jr., que expandiu suas divergências em um livro best-seller sobre as guerras culturais, *The Disuniting of America*. Schlesinger procurou cortar um caminho de "centro vital" através das guerras culturais, semelhante à trilha que ele notoriamente abriu no início da Guerra Fria. Flanquear tanto a Esquerda quanto a Direita funcionou extremamente bem com o público literário convencional, que, em seu humor de lutar contra o "culto da etnia" que "menospreza unum e glorifica pluribus", abraçou *The Disuniting of America*. O livro de Schlesinger foi avaliado favoravelmente nos jornais, revistas e publicações literárias mais importantes, do *New York Times* à *Time Magazine*, da *New York Review of Books* à *New Republic*. No semanário conservador britânico *The Spectator*, o historiador Raymond Carr classificou-o como o melhor livro que ele havia lido naquele ano. "É um ataque corajoso de um liberal comprometido à rendição covarde dos educadores às modas étnicas atuais", escreveu Carr, "e mostra como, ao fazê-lo, eles cruzam a linha fatal entre um pluralismo cultural legítimo e um etnocentrismo divisivo, cometendo o absurdo histórico de negar a herança histórica da América."¹ O centrismo de Schlesinger era mais explícito em sua análise da raça. Embora ele geralmente desdenhasse a política de identidade, ele estava mais disposto do que os conservadores a admitir que o ethos da identidade derivava das manchas de sua amada nação. Por essa razão, ele relutantemente suavizou sua crítica à hiperatenção negra à identidade, que informou a abordagem da história defendida pelo relatório de Nova York.

"Como outros grupos excluídos antes deles", escreveu Schlesinger, "os negros americanos invocam supostas glórias passadas para compensar injustiças reais passadas e presentes. Como sua exclusão foi mais trágica e terrível do que a dos imigrantes brancos, sua busca por autoafirmação é mais intensa e apaixonada." Mas em outros casos, sua retórica era indistinguível daquela dos críticos conservadores que criticavam a esquerda acadêmica por substituir o conhecimento tradicional por, nas palavras de Schlesinger, "uma literatura compensatória, inspirada pelo ressentimento e orgulho do grupo." O próprio título do livro de Schlesinger, baseado na noção de que os Estados Unidos já foram unidos, era uma suposição profundamente conservadora fundamentada no americanismo normativo dos anos 1950.¹ Assumir tal posição colocou Schlesinger na mira de acadêmicos de estudos negros como Houston Baker Jr., que responderam duramente a um artigo de Schlesinger contra o multiculturalismo publicado no *Wall Street Journal*. Em uma carta ao editor, Baker sugeriu "que o que o Professor Schlesinger realmente busca é um retorno à versão exclusiva, de clube de campo, de banheiro único, de uma academia que, talvez, marcou a década de 1950 na vida e obra do próprio Professor Schlesinger". Em contraste com Schlesinger, Baker considerou o currículo histórico multicultural "a característica mais energética, inovadora e potencialmente salvífica do projeto chamado 'América'". Schlesinger respondeu, em uma carta pessoal a Baker, "que a justiça tardia não deve degenerar em torcida racial às custas da história séria".

Ele continuou explicando que acreditava que a tradição ocidental "é quase única no sentido de que fornece os meios para sua própria reforma". "Minha preocupação", continuou Schlesinger, "é que você está dizendo aos jovens negros que essa grande tradição não é para você. Não consigo imaginar nada mais prejudicial à psique. Nem acredito que a balcanização seja um futuro útil para a América. Você acredita?"¹ Schlesinger não negou o racismo americano. Em vez disso, ele

pensava que isso decorria do fato de os americanos não viverem de acordo com seus ideais declarados. Quando os americanos brancos assassinaram índios americanos para limpar a terra para os colonos brancos, isso foi uma violação do espírito da América, em vez de algo endêmico a ela. O mesmo aconteceu com o Ocidente pensou de forma mais ampla. Schlesinger teve prazer em apontar “que o ataque à tradição ocidental é conduzido em grande parte com armas analíticas forjadas no Ocidente.”

Ele perguntou: "Quais são os nomes invocados pela coalizão de marxistas, desconstrucionistas, pós-estruturalistas, feministas radicais, afrocentristas dos últimos dias?" Schlesinger deu a resposta óbvia: "Marx, Nietzsche, Gramsci, Derrida, Foucault, Lacan, Sartre, de Beauvoir, Habermas, a escola de 'teoria crítica' de Frankfurt — todos europeus." Ao chamar a atenção para esse paradoxo de forma inteligente, Schlesinger antecipou com inteligência os contra-argumentos feitos por pessoas como o historiador Robin DG Kelley, que sustentava que era impossível destrinchar o Iluminismo de suas origens imperiais quando "a mente primitiva foi construída como o oposto da Razão: atávica, regressiva, bárbara".¹ O que mais preocupava Schlesinger sobre o multiculturalismo era que as escolas públicas americanas não serviam mais como "o grande instrumento de assimilação e o grande meio de formar uma identidade americana". Para ele, o currículo multicultural repudiava “a teoria histórica da América”, sobre como pessoas de qualquer origem racial ou étnica poderiam se conformar à cultura americana com base em ideais comuns em oposição à ancestralidade comum. Aqui Schlesinger exagerou os perigos que o multiculturalismo representa para a unidade nacional. Não importa o quão revisionista, o multiculturalismo foi fundamentado em um projeto americano. O alarmismo de Schlesinger decorreu do fato de que ele confundiu multiculturalismo com afrocentrismo. Os multiculturalistas, ao contrário dos afrocentristas, acreditavam que a América era redimível, embora falha. Apesar dos exageros de Schlesinger, não havia como negar que a versão do passado americano ensinada às crianças em idade escolar do final do século XX era diferente daquela ensinada às gerações anteriores. Também não havia como ignorar a resistência a tal mudança, que vinha se formando ao longo da década de 1980.¹ No final daquela década, vários acadêmicos fizeram alegações abrangentes sobre um desastre na educação histórica do país. Para essa afirmação, eles se basearam em uma pesquisa de 1986 com uma amostra representativa de oito mil alunos do décimo primeiro ano, patrocinada pelo Departamento de Educação dos EUA e administrada pelo Educational Testing Service (ETS), revelando que os estudantes americanos do ensino médio tinham sérias lacunas em seu conhecimento da história básica dos EUA. Mais de 30% dos avaliados falharam em identificar adequadamente o significado da Declaração de Independência, e mais de 65% situaram a Guerra Civil no meio século errado. Para os autores de mentalidade tradicional desse crescente corpo de literatura de crise, como Chester Finn e Diane Ravitch—

autores de *What Do Our 17-Year-Olds Know?* — os resultados da pesquisa representaram “uma acusação devastadora das escolas secundárias dos EUA”. Lynne Cheney, autora de *American Memory*, outro livro neste gênero de crise, dissertou que, ao não ensinar aos jovens a narrativa tradicional americana, “fazemos a nós mesmos o que uma nação hostil empenhada em nossa destruição faria”. Graças à história de esquerda que passou a dominar o currículo das escolas públicas — ou pior ainda, à abordagem de estudos sociais de esquerda, que acentuou os problemas contemporâneos em detrimento do estudo histórico — os americanos não tinham mais um senso compartilhado do passado americano. Este foi um desenvolvimento perigoso aos olhos daqueles que acreditavam que a história heróica da nação era o melhor meio

que incutir dever moral e cívico. Deixando de lado se havia ou não algum mérito político em tal visão da educação histórica, o que Cheney e seus companheiros tradicionalistas ignoraram foi que tais pesquisas sempre obtiveram resultados ruins. Os americanos, em outras palavras, nunca conheceram realmente sua história. Em 1943, décadas antes das reviravoltas sociais e culturais transformarem o currículo de história, uma pesquisa semelhante mostrou que apenas 25% dos estudantes universitários do primeiro ano — uma coorte de elite para os padrões de 1943 — sabiam que Abraham Lincoln foi presidente durante a Guerra Civil.² A suposta crise na educação histórica impulsionou reformas curriculares em vários estados que diferiam marcadamente da proposta de Nova York. Os padrões de história colocados em vigor na Califórnia em 1988, *The History-Social Science Framework*, de autoria de Ravitch e da Professora de Educação Charlotte Crabtree, foram as mais conhecidas dessas reformas e, ao contrário do currículo de Nova York, tornaram-se uma espécie de modelo nacional. O Framework foi projetado para transcender as guerras culturais ou, mais modestamente, foi criado para superar os debates de longa data entre aqueles que defendiam um currículo centrado na história e aqueles que pressionavam por um método de estudos sociais mais genérico. Desde a década de 1930, muitas escolas desvalorizaram o aprendizado histórico e, em vez disso, implementaram uma abordagem de estudos sociais, que se concentrava em problemas contemporâneos. Os defensores dos estudos sociais há muito argumentavam que, como o eurocentrismo havia contaminado o estudo da história, ensinar os alunos a pensar criticamente sobre o presente era um método melhor e mais relevante para inculcar valores democráticos em uma sociedade multicultural. O Framework reposicionou a história no centro do currículo. Além disso, restaurou aspectos anteriormente proeminentes do currículo de história, como a história da religião, que editores e professores há muito evitavam por medo de ofender uma população estudantil religiosamente diversa.²¹ Por essas razões, alguns conservadores, incluindo Cheney e Chester Finn, aplaudiram o Framework. Eles acreditavam que oferecia um remédio para a abordagem dos estudos sociais, que, na visão deles, era uma técnica de esquerda para ignorar a história exaltada da nação. Embora o novo currículo de história da Califórnia reconhecesse a legitimidade do multiculturalismo como um fator entre muitos que moldaram a narrativa histórica da nação, alguns conservadores apoiaram o Framework porque ele também acentuava o que unia os americanos em uma causa comum. Os alunos deveriam "perceber que o verdadeiro patriotismo celebra a força moral da ideia americana como uma nação que une como um povo os descendentes de muitas culturas, raças, religiões e grupos étnicos". Devido a essa linguagem, Schlesinger acreditava que a abordagem da Califórnia, ao contrário do plano posterior de Nova York, resolvia "os comandos conflitantes do nosso lema nacional, *E Pluribus Unum*. De muitos, um".²² Apesar do apoio que obteve de guerreiros culturais conservadores como Cheney, Finn e Schlesinger, o currículo de história da Califórnia incluía muitos recursos que ofendiam as sensibilidades tradicionalistas. Sim, o Framework focava na história, mas não no tipo comemorativo que os conservadores reverenciavam. Os alunos deveriam aprender um conjunto de habilidades de pensamento histórico projetadas para gerar uma perspectiva crítica sobre interpretações convencionais do passado americano. Dessa forma, o Framework abriu o currículo para os modos de análise histórica que haviam remodelado a profissão histórica na esteira dos anos 60. Além disso, o Framework estabeleceu uma sequência de cursos que exigiam três anos de história dos EUA e três anos de história mundial — em uma época em que a maioria dos estados oferecia apenas um ano de história

mudou a trajetória da educação histórica para longe do currículo tradicional da civilização ocidental que ligava os Estados Unidos contemporâneos à Grécia antiga como parte de uma grande cadeia de civilização esclarecida. Este foi um movimento ousado que buscou fechar a lacuna entre como os historiadores universitários conceituavam seu ofício e como a história era ensinada nas escolas públicas do país: um currículo descentralizado de história mundial, que os historiadores universitários vinham desenvolvendo desde a década de 1970, tinha a intenção explícita de atenuar os preconceitos eurocêntricos que há muito tempo influenciavam o modo como os americanos pensavam sobre o mundo além das fronteiras de sua nação. Em suma, embora o Framework tenha sido, de certa forma, projetado para contornar as guerras culturais, de outras formas ele preparou o cenário para uma das escaramuças arquetípicas na guerra pela alma da América — a batalha pelos Padrões Nacionais de História.²³ Em seu papel como presidente do NEH e em seu entusiasmo pelos padrões de história, em 1987 Cheney solicitou propostas para um centro de pesquisa que construiria pontes entre historiadores acadêmicos e professores de escolas públicas. Um grupo de acadêmicos da Universidade da Califórnia—Los Angeles (UCLA) respondeu à solicitação, ganhou uma bolsa de US\$ 1,6 milhão e estabeleceu o National Center for History in the Schools (NCHS) em 1988. A bolsa estipulava que o NCHS precisaria ser uma colaboração entre acadêmicos de uma escola de educação e um departamento de história; assim, Crabtree, o coautor do California Framework e o primeiro diretor do NCHS, foi reunido com o renomado historiador social Gary Nash. O NCHS rapidamente assumiu a tarefa de reunir dados sobre como a história era ensinada em todo o país, ao mesmo tempo em que estabelecia uma rede nacional de educadores de história. Depois que uma reunião de governadores estaduais em Charlottesville, Virgínia, em 1989, fez a criação de padrões nacionais em cinco áreas principais, incluindo história, política nacional de fato, o NCHS estava idealmente situado. Com base no que já havia realizado, Cheney pressionou para que o NCHS assumisse a liderança na redação de padrões nacionais de história.²⁴ Com esse apoio federal, o NCHS convocou um grupo diverso de acadêmicos, educadores e formuladores de políticas. A meta ambiciosa: criar padrões nacionais de história. Ciente de que os padrões de história tinham o potencial de gerar controvérsia, o NCHS buscou promover um amplo consenso. Não foi uma tarefa fácil. Por exemplo, o National Council for Social Studies (NCSS) hesitou em aderir ao projeto por medo de que os padrões centrados na história pudessem desvalorizar os estudos sociais. Historiadores profissionais também estavam céticos, não porque se opusessem a mais uniformidade no currículo nacional de história, mas sim devido a suspeitas sobre os objetivos do governo Bush. Mas tanto o NCSS quanto as principais associações históricas, incluindo a American Historical Association (AHA), concordaram. Os funcionários do NCSS estavam convencidos de que os padrões enfatizariam uma metodologia baseada em habilidades consistente com a abordagem dos estudos sociais, e também reconheceram que os padrões nacionais seguiriam em frente com ou sem eles, então eles poderiam muito bem ter uma palavra a dizer no processo. As preocupações dos historiadores foram apaziguadas pelo fato de Nash estar servindo em um papel de liderança no NCHS, uma indicação de que os padrões seriam de fato coerentes com a historiografia profissional moderna. Assim, com a maioria dos principais eleitores a bordo — além dos afrocentristas e cristãos conservadores, que foram deliberadamente deixados de fora do processo por medo de que suas visões históricas nunca pudessem ser reconciliadas — e com apoio financeiro do NEH e do Departamento de Educação, o National History Standards Project foi lançado.²⁵ Para dar o pontapé inicial, o NCHS criou forças-tarefa para escrever padrões

do jardim de infância até a quarta série (História K–4); história dos EUA para alunos da quinta à décima segunda série (História dos EUA de 5 a 12 anos); e história mundial para alunos da quinta à décima segunda série (História Mundial de 5 a 12 anos). Esses grupos, em consulta com comitês consultivos, trabalharam por quase três anos para criar padrões abrangentes e exemplos de ensino. Durante as deliberações entre os comitês consultivos, que foram encarregados de definir critérios para as forças-tarefa, várias questões contenciosas foram debatidas, às vezes de forma irritada. Não surpreendentemente, o multiculturalismo em particular surgiu como uma questão espinhosa para aqueles que definem critérios para os padrões de história dos EUA. Alguns membros do comitê fizeram lobby por um relato robusto da contribuição afro-americana para o nacional

narrativa. Cynthia Neverdon-Morton da Associação para o Estudo da Vida Afro-Americana citou Du Bois — “A América teria sido a América sem seu povo negro?” —

para defender seu caso de que os padrões devem considerar “a centralidade da experiência afro-americana”. James Gardner, vice-diretor executivo da AHA, disse ao comitê que a AHA apoiaria apenas padrões enraizados na consciência multicultural. “Não vemos isso como uma opção ou alternativa, mas a realidade do nosso passado”.

Do ponto de vista oposto, Mark Curtis do Atlantic Council of the United States temia que “as chamadas agendas multiculturais na história ameaçassem balcanizar a sociedade americana”. A maioria era a favor de um currículo multicultural e elaborou uma lista de critérios que incluía a seguinte linguagem: “Os padrões para a história dos Estados Unidos devem refletir a diversidade da nação, exemplificada por raça, etnia, status social, gênero e afiliação religiosa”. Mas, consistente com a missão de promover um amplo consenso, outro critério enfatizou que os padrões devem ilustrar “nossa identidade cívica comum e valores cívicos compartilhados”. Em suma, como o California Framework, os Padrões Nacionais de História dos EUA tinham a intenção de evitar as armadilhas das guerras culturais.² Alcançar um consenso sobre os padrões de história mundial provou ser mais difícil. De um lado do debate estavam os professores que ajudaram a revolucionar o ensino de história mundial, incluindo o pioneiro de tal abordagem, William McNeill, que argumentou que, como ocidentais, “somos uma minoria no mundo e devemos saber disso”. Peter Stearns, outro importante estudioso da área, argumentou que os Padrões de História Mundial “devem enfatizar não apenas as ideias e instituições políticas europeias, mas também as grandes mudanças — demográficas, sociais, econômicas, tecnológicas e assim por diante — que moldaram e foram moldadas pelo esforço humano”.

Historiadores mundiais postularam que a cultura não é essencial ou específica para nenhuma civilização ou nação. Tal teoria da história foi contra aqueles que queriam que os padrões refletissem o currículo testado e aprovado da Civilização Ocidental, que enfatizava a transmissão de valores duradouros — valores que supostamente serviam como a base de sociedades livres e democráticas como os Estados Unidos. Finn argumentou que a Civilização Ocidental

era o modelo superior porque “a história completa da democracia, sem disfarçar nem se desculpar por sua superioridade inata a outras formas de governo, deveria ser a peça central do nosso ensino de história”. Em contraste com tal currículo, Finn acreditava que a história mundial era culturalmente relativista e, como tal, era perigosa porque não proporcionaria aos estudantes americanos uma apreciação adequada da superioridade do sistema democrático de governo de sua nação. O primeiro rascunho dos critérios dos Padrões de História Mundial pendeu em favor dos proponentes da Civilização Ocidental, mas em resposta a objeções extenuantes levantadas por representantes da AHA, os historiadores mundiais levaram

o dia. Os Padrões de História Mundial, assim como o California Framework, representaram uma grande revisão na forma como os americanos deveriam aprender sobre o mundo além das fronteiras americanas.² Em outubro de 1994, os Padrões Nacionais de História, resultado de uma colaboração sem precedentes em tamanho e escopo, foram para impressão. A maioria dos responsáveis pela criação dos padrões considerou o produto final uma conquista notável. O documento, eles acreditavam, ajudaria a preencher o abismo entre as melhores práticas da disciplina histórica e o currículo escolar público ensinado a milhões de crianças americanas. Como o processo de deliberação foi relativamente tranquilo durante a criação dos Padrões de História K-4 e dos Padrões de História dos EUA 5-12, quase ninguém suspeitou que esses dois conjuntos de padrões pudessem causar um alvoroço. Os envolvidos no processo de elaboração dos Padrões de História Mundial 5-12 reconheceram perigos potenciais, já que suas negociações foram muito mais contenciosas. E, no entanto, como quase todos os envolvidos no projeto entenderam que criar e implementar padrões de história era um processo fluido, mesmo aqueles decepcionados com os resultados pareciam resignados a apoiar a missão maior. Havia motivos para ser otimista. Tais expectativas otimistas eram prematuras. A controvérsia envolveu o lançamento dos Padrões Nacionais de História. Devido às ironias da reforma educacional, talvez a controvérsia fosse inevitável. O NCHS ganhou uma posição porque uma conservadora poderosa — Lynne Cheney — queria reposicionar a narrativa tradicional americana no centro do currículo. E ainda assim os responsáveis pela criação dos padrões foram atores-chave no movimento contra a história tradicional. Gary Nash, um dos praticantes mais influentes da história social — que derrubou a narrativa tradicional para dar conta de mulheres, negros, nativos americanos e outros grupos subalternos — atuou como diretor associado do NCHS durante o projeto e foi fundamental para ajudar a moldar os Padrões Nacionais de História dos EUA de 5 a 12. Esse paradoxo mais tarde assombraria os Padrões Nacionais de História. Mas na época de sua nomeação inicial, Nash não levantou bandeiras vermelhas com Cheney e os outros tradicionalistas envolvidos, em grande parte porque ele ajudou a escrever uma série de livros didáticos da Houghton Mifflin que se alinhava com o California Framework. Na verdade, por esses esforços anteriores, Nash foi alvo de um grupo de estudantes da Universidade Estadual de São Francisco, em grande parte afrocentristas, que assumiram o controle das reuniões do conselho escolar de Oakland e Berkeley em 1991 para exigir que os livros didáticos fossem mantidos fora das escolas. Os estudantes rotularam os livros didáticos dos quais Nash foi coautor como racistas por não celebrarem adequadamente todos os grupos étnicos minoritários. Nash ficou "chocado" com a implicação de que ele era racista. De fato, o fato de ele estar recebendo um ataque de estudantes esquerdistas por escrever um livro didático não multicultural o suficiente era desconcertante, dado seu histórico acadêmico.² Mesmo quando o documento dos Padrões estava prestes a ir para a imprensa — no exato momento em que aqueles que criaram os Padrões estavam mais confiantes sobre a integridade de seu produto — sinais de alerta estavam presentes. Uma reclamação registrada por Chester Finn deveria ter, em retrospecto, servido como um conto de advertência. Ao ler a versão final dos Padrões Dado "seu esforço valente para ganhar a aprovação de inúmeros eleitores dentro das comunidades de educação e história cujas bênçãos foram consideradas desejáveis", ele se perguntou, em contraste, como os Padrões poderiam ser interpretados por grupos não envolvidos em sua criação, como legisladores, a Câmara de Comércio, a Legião Americana e "convocadores do show de Rush Limbaugh". O próprio Finn via os Padrões

desfavoravelmente: "O que só pode ser chamado de 'correção política' e 'relativismo' levanta suas cabeças desagradáveis (mas cada vez mais familiares) em muitos lugares. Às vezes, isso assume a forma de uma ênfase injustificada em vários grupos de vítimas, atenção exagerada a certas minorias, a inflação da contribuição histórica de figuras menores que por acaso têm as características adequadas e outros esforços ligeiramente exagerados de igualitarismo a posteriori." As reclamações de Finn eram especificamente sobre os Padrões de História dos EUA 5–12, que se tornaram o principal alvo das críticas da direita. Isso talvez tenha sido surpreendente, já que, como observado, o comitê consultivo para os padrões de história dos EUA havia chegado a um consenso muito mais facilmente do que aqueles que debateram os padrões de história mundial, que foram amplamente ignorados durante a disputa nacional que se seguiu.

A narrativa tradicional da história americana, ao que parecia, havia se tornado mais sacrossanta do que até mesmo o currículo da Civilização Ocidental.² Mesmo depois de tudo o que ela havia feito pelos Padrões Nacionais de História, incluindo esbanjar dinheiro federal no NCHS, Cheney foi a primeira pessoa a atacá-los publicamente. Ela lançou seu ataque com um artigo de 20 de outubro de 1994 no Wall Street Journal intitulado "O Fim da História", no qual ela se preocupava que os Padrões retratassem a história americana como "sinistra e sombria". Ela reclamou que "aqueles que buscam sua agenda revisionista não se preocupam mais em esconder seu grande ódio pela história tradicional". O jornalista Frank Rich se perguntou no New York Times se as dúvidas de Cheney sobre os Padrões foram motivadas por seu desejo de "ser uma grande jogadora na ordem Gingrich". Rich continuou: "As evidências sugerem que ela deliberadamente caricaturou seu próprio projeto de estimação como politicamente correto para que pudesse ser usado como um símbolo semelhante ao Mapplethorpe para destruir a agência que ela tão recentemente defendeu". Nessa visão, Cheney atacou os Standards por oportunismo político: ela reconheceu que condenar os Standards e o National Endowment, que ela havia presidido recentemente, era uma boa maneira de se aproximar de Newt Gingrich e da nova maioria republicana na Câmara.³ Claro, era igualmente provável que Cheney tenha se voltado contra os Standards por sua decepção por eles terem falhado, no final, em promover a narrativa política tradicional que ela achava que os estudantes americanos tanto precisavam.

Tais ansiedades certamente moldaram a resposta conservadora furiosa. Nas semanas seguintes ao artigo de opinião de Cheney, o Wall Street Journal publicou uma série de cartas furiosas ao editor. Um desses escritores perguntou, simplesmente: "Estamos preparados para permitir que os odiadores da América ditem como a história americana será ensinada aos nossos filhos?" O fenômeno da rádio AM de direita Rush Limbaugh denunciou os padrões criados por "Gary Nash e um grupo seleto da UCLA" como uma "bastardização da história americana" que deveria ser jogada "no esgoto do multiculturalismo". "A história é muito simples", explicou Limbaugh. "Você sabe o que é história? É o que aconteceu. Não é mais." Diane Ravitch se juntou ao coro de direita, embora o California Framework do qual ela foi coautora tenha servido de modelo para os Padrões; ela criticou os Padrões por exagerar a importância de uma "luta dos oprimidos para arrancar direitos e poder dos protestantes brancos do sexo masculino". Ravitch argumentou que tal ênfase rebaixou o status dos ideais democráticos para "uma fachada oca, como vitrines de lojas em um faroeste de Hollywood, enquanto a ganância, o racismo e a corrupção parecem ser os verdadeiros pontos em comum da história americana."³¹ O historiador John Patrick Diggins ofereceu uma das críticas conservadoras mais animadas dos Standards. Diggins foi por muito tempo um dos críticos mais rabugentos da Nova Esquerda

aparente domínio sobre a academia, argumentando que tal influência demonstrava que "a Nova Esquerda é uma ideia cujo tempo passou e cujo poder chegou". "Um conservador branco que admirava Madison mais do que Marx", Diggins escreveu descaradamente, "tinha quase a mesma chance de ser contratado em algum corpo docente quanto Woody Allen de começar como armador dos Knicks". Em 1995, Diggins enviou uma carta a Schlesinger, que foi amplamente divulgada, buscando convencê-lo a rejeitar os Standards com base no fato de que seus apoiadores eram "todos multiculturalistas convictos; e você é o inimigo deles". Diggins comparou a Nova História que informou os Standards desfavoravelmente às celebradas obras acadêmicas de Schlesinger, *The Age of Jackson* e *The Age of Roosevelt*. "Da maneira como a história é escrita hoje por acadêmicos que saíram dos anos 60", Diggins resmungou, "nenhuma personalidade pode ser considerada como representante ou representante de uma era ou era". Em vez disso, ele reclamou, a obra-prima da historiografia contemporânea foi *The People's History of the United States*. Na rejeição da profissão histórica à teoria do "grande homem" da história, ela também descartou a história das ideias como elitista. Para Diggins, isso foi lamentável. "Pelo menos quando se faz história intelectual", ele escreveu, "deve-se adiar para aqueles pensadores que são nossos superiores, deve-se entender diretamente o que eles pensavam e acreditavam." Em contraste, pela lógica daqueles que escreveram os Standards, "o historiador é quase livre para impor seus pensamentos a trabalhadores, escravos e outros subalternos do passado que não têm voz própria." Em outras palavras, Diggins argumentou que a história social pode alegar ser "história de baixo para cima", mas é de fato elitista, para não mencionar arrogante, porque "são os acadêmicos atuais que agora alegam falar pelos mortos silenciosos." Diggins atribuiu tal abordagem ao "desespero ideológico."³² Uma das principais queixas que os conservadores tinham com os Standards era que eles rebaixavam a importância de grandes homens americanos como George Washington enquanto aumentavam a significância de americanos menos cruciais. Por exemplo, Cheney acusou que os Padrões não destacavam suficientemente figuras tradicionalmente importantes, como Ulysses Grant e Robert E. Lee, enquanto esbanjavam atenção em figuras supostamente marginais, como Harriet Tubman. O jornalista conservador John Leo reclamou que Ebenezer McIntosh, que liderou os Stamp Act Riots, foi incluído como um exemplo de ensino para o padrão da Revolução Americana porque ele "se encaixa perfeitamente como uma espécie de Abbie Hoffman ou Jerry Rubin inicial". "A história dos EUA", escreveu Leo, "agora está sendo escrita da perspectiva contracultural por pessoas com mentalidade opressiva que destruíram o gabinete do reitor na década de 1960 (ou gostariam de ter feito isso)". Ele continuou: "Pela alocação do texto, a América hoje parece ser cerca de 65% indígena, com a maioria do resto de nós negra, mulher ou opressora". Claro que tal crítica era enganosa, pois se concentrava nos exemplos de ensino, que tinham apenas a intenção de ilustrar como os professores poderiam aplicar os Padrões na sala de aula. Membros preguiçosos da mídia, particularmente repórteres de televisão, repetiam tais alegações enganosas repetidamente. Como resultado, as linhas telefônicas do Departamento de Educação estavam congestionadas por ligações de cidadãos furiosos fazendo perguntas desinformadas como "Por que os federais estão dizendo às nossas escolas que nossos filhos não podem mais aprender sobre George Washington?"³³ Apesar da campanha conservadora contra os Padrões Nacionais de História, escolas, bibliotecas, professores e vários outros americanos compraram cópias aos milhares. O NCHS teve problemas para atender à demanda. Além disso, muitos dos que reservaram um tempo para ler os Padrões por si mesmos, incluindo alguns jornalistas, reconheceram seu valor

jornais os defenderam. Como editorializou o New York Times: "Ler os padrões e materiais de apoio é estimulante." Até mesmo aqueles que reconheceram que os Padrões desafiavam a história tradicional ofereceram elogios. O historiador David Kennedy escreveu que eles simbolizavam as "revoluções sísmicas na sociedade americana" que ocorreram desde os anos 60 e que, como tal, eles prestaram "consideravelmente mais atenção à análise da prática confusa da democracia do que à explicitação desses ideais." Em resposta a pessoas como Limbaugh que criticaram os Padrões com a alegação simplista de que a história era apenas sobre fatos, o representante dos EUA Dale Kildee, um democrata de Michigan, disse: "A história não é como matemática, onde dois mais dois são quatro. É muito mais do que fatos, e eles nem sempre somam a mesma soma."³ Nem todos os políticos nacionais concordavam com Kildee. O senador Slade Gorton, um republicano de Washington, denunciou os Padrões em um discurso de 18 de janeiro de 1995, no plenário do Senado, escrito pelo acadêmico conservador John Fonte, um associado próximo de Cheney. "De acordo com esse conjunto de padrões", Gorton alegou hiperbolicamente, "a democracia americana repousa na mesma base moral que a ditadura totalitária da União Soviética". Ao descrever os Padrões como um "monumento antiocidental ideologicamente motivado à caricatura politicamente correta", ele argumentou que eles foram projetados para "destruir os acordes místicos da memória da nossa Nação".

Gorton disse que os Padrões deveriam ser "recolhidos como um carregamento de comida gravemente contaminada", e propôs um aditamento a um projeto de lei de mandatos não financiados que descertificaria os padrões. Os democratas do Senado deixaram claro que se Gorton reduzisse sua proposta para uma votação não vinculativa do senso do Senado, eles votariam a favor. Embora a maioria dos democratas tivesse uma visão menos apocalíptica dos Padrões, eles votaram por uma resolução que os denunciava porque era preferível a atrasar o projeto de lei de mandatos não financiados. Além disso, os democratas argumentaram que, como uma resolução do senso do Senado não era vinculativa, ela permitiria ao presidente Clinton estabelecer um conselho de revisão que poderia levar à certificação de padrões revisados. Então, o Senado dos Estados Unidos votou 99-1 a favor de uma resolução recomendando que nenhum órgão federal deveria certificar os Padrões e que quaisquer padrões futuros de história nacional "deveriam mostrar um respeito decente pelas contribuições da civilização ocidental". Bennett Johnson, um republicano da Louisiana, deu o único voto contra a resolução porque ele achava que uma medida não vinculativa era muito branda. Mas, apesar do fato de que a resolução não vinculativa deixou a porta aberta para uma eventual aprovação federal, Clinton e o secretário de educação Richard Riley se distanciaram dos Padrões. Isso teve o efeito líquido de permitir que a censura do Senado fosse a palavra final.³ Os Padrões Nacionais de História criaram tanto furor em parte porque desafiaram o racismo e o sexismo no cerne da história americana.

Relacionado a isso, os Padrões, e as tendências na historiografia americana de forma mais geral, perturbaram as formas teológicas nas quais muitos americanos, particularmente os conservadores, conceituavam a história da nação. Havia certas verdades eternas, como a de que a América era um farol de liberdade incorporado nos grandes homens do passado americano, como George Washington. Tais verdades não deveriam ser adulteradas. O fato histórico de que Washington era um dono de escravos, e o significado histórico que poderia estar ligado a tal fato, eram irrelevantes para as verdades eternas sobre a América. O objetivo da história era inculcar um amor pelo país, puro e simples. Tal objetivo se tornou mais primordial do que nunca com a perda do propósito nacional que acompanhou o fim da Guerra Fria —

e, mais pungentemente, a crise de identidade nacional que se seguiu ao declínio do poder americano manifestado nas selvas do Vietnã. Dessa forma, as convicções da Guerra Fria sangraram facilmente nas convicções da guerra cultural, especialmente quando a Guerra Fria acabou. Em 1993, Irving Kristol escreveu: "Não existe 'depois da Guerra Fria' para mim. Longe de ter terminado, minha guerra fria aumentou em intensidade, à medida que setor após setor foi implacavelmente corrompido pelo ethos liberal." O lamento de Kristol ecoou a famosa declaração de Patrick Buchanan de "uma guerra pela alma da América" que era "tão crítica para o tipo de nação que um dia seremos quanto foi a própria Guerra Fria." Kristol e Buchanan, e os conservadores em geral, conceituaram o "ethos liberal" como tendo um efeito paralisante em seus vários esforços para restabelecer os Estados Unidos como a nação excepcional entre as nações no mundo pós-Guerra Fria. Essas preocupações atingiram o clímax na controvérsia nacional em torno da exposição proposta do Enola Gay pelo Smithsonian.³ Embora o bombardeiro Enola Gay, que entregou sua carga atômica aos cidadãos de Hiroshima em 6 de agosto de 1945, simbolizasse o poder militar americano melhor do que qualquer outra relíquia de guerra, ele nunca foi exibido antes de 1995. Isso se deveu em grande parte à ambivalência sobre o que ele representava: além do poder americano e do fim vitorioso da Segunda Guerra Mundial, o Enola Gay também representava o início da era nuclear indutora de pesadelos. Walter Boyne, que dirigiu o Museu do Ar e do Espaço de 1983 a 1987, recusou-se a entreter a ideia de exibi-lo, alegando que a maioria das pessoas não tinha "uma compreensão adequada para vê-lo".

Seu sucessor, o astrofísico da Universidade Cornell Martin Harwit, reverteu o curso em 1988 e criou um comitê consultivo para abordar a questão. O comitê concluiu que o bombardeiro deveria ser exibido. Mas, refletindo o novo clima no Smithsonian, o comitê recomendou que o Enola Gay fosse apresentado de forma sombria. Assim, em um afastamento das exposições anteriores do Ar e do Espaço, que exaltavam os avanços ininterruptos da aviação americana e frequentemente fetichizavam a tecnologia militar, os curadores foram encarregados de criar uma exposição do Enola Gay consistente com a filosofia curatorial de Harwit: "Acho que simplesmente não podemos nos dar ao luxo de fazer da guerra um evento heróico onde as pessoas pudessem provar sua masculinidade e então voltar para casa para cortejar a bela donzela."³ Em julho de 1993, o Museu do Ar e do Espaço lançou um documento de planejamento que delineou seus objetivos para a exposição: "encorajar os visitantes a empreender um reexame ponderado e equilibrado do fim da Segunda Guerra Mundial e do início da Guerra Fria à luz dos fatores políticos e militares que levaram à decisão de lançar a bomba, o sofrimento humano experimentado pelo povo de Hiroshima e Nagasaki e as implicações de longo prazo dos eventos de 6 e 9 de agosto de 1945." Demonstrando o novo compromisso do Smithsonian em alinhar seu conteúdo com o que há de mais recente em pesquisa acadêmica, o documento de planejamento resumiu as esperanças do museu de que a "exposição possa prestar um serviço público ao reexaminar essas questões à luz da bolsa de estudos mais recente". O roteiro original, apropriadamente intitulado "Crossroads", tinha a intenção específica de envolver os clientes no debate sobre se o lançamento das bombas atômicas era necessário para acabar com a Segunda Guerra Mundial, um debate que ocupava os historiadores diplomáticos desde pelo menos 1965, quando o influente livro de Gar Alperovitz, *Atomic Diplomacy*, foi publicado pela primeira vez. Alperovitz fez o argumento revisionista de que as bombas atômicas eram desnecessárias para acabar com a guerra. Truman, ele argumentou, usou contra o Japão para posicionar melhor os Estados Unidos em relação à sua antiga aliada, a União Soviética.³ Os curadores do Air and Space reuniram fontes primárias

material destacando o fato de que os bombardeios sempre foram uma fonte de controvérsia, ou pelo menos desconforto, incluindo as declarações retrospectivas do Almirante William Leahy e do General Dwight Eisenhower em oposição à bomba. “Leahy disse em 1950”, dizia o roteiro, “que ele havia denunciado o bombardeio como uma adoção de 'padrões éticos comuns aos bárbaros na idade das trevas'. Eisenhower afirmou em 1948, e em suas memórias posteriores, ter se oposto ao uso da bomba em conversas com o Presidente Truman na Conferência de Potsdam em julho de 1945.” Além desse debate em andamento, os autores do roteiro original também buscaram incluir relatos de vítimas japonesas, juntamente com artefatos e imagens das zonas de explosão — conteúdo destinado a estimular os visitantes a pensar criticamente sobre

a força destrutiva do armamento nuclear e, mais importante, sobre a moralidade do uso de tais armas.³

Quando o roteiro de “Crossroads” foi tornado público no início de 1994, organizações conservadoras de veteranos, lideradas pela Air Force Association e pela enormemente poderosa American Legion, coordenaram uma campanha altamente eficaz para bloquear a exposição. John T. Correll primeiro chamou a atenção para a questão com um editorial acalorado no Air

Force Magazine, chamando o roteiro de um produto de “curadoria politicamente correta”. Uma organização de veteranos recém-formada, o Comitê para a Restauração e Exibição Adequada do Enola Gay, dirigido por W. Burr Bennett Jr., enviou milhares de cartas a membros do Congresso exigindo que a exposição fosse interrompida. “É um insulto a cada soldado, marinheiro, fuzileiro naval e aviador que lutou na guerra contra o Japão, ou que estava a caminho da invasão”, escreveu Bennett, “difamar este famoso avião usando-o como a peça central de uma exposição negativa sobre bombardeio estratégico”. Especialistas conservadores também concordaram.

George Will acusou os curadores do Smithsonian, assim como seus irmãos universitários, de “não gostarem deste país”. Limbaugh rotulou a interpretação do Museu do Ar e do Espaço de “blasfema”. Políticos também entraram na briga. Uma carta assinada por vinte e quatro membros do Congresso descreveu o roteiro como “revisionista e ofensivo a muitos veteranos da Segunda Guerra Mundial”. Um “Senso do Senado” resolveu que o Smithsonian “deveria evitar

impugnando a memória daqueles que deram suas vidas pela liberdade.” O Smithsonian cedeu à reação.

Depois que vários roteiros revisados não agradaram os grupos de veteranos, o museu decidiu exibir o Enola Gay sozinho, descontextualizado, além de algumas placas comemorativas. Em termos de conteúdo específico, os oponentes de “Crossroads” se opuseram à maneira como o roteiro “trata o Japão e os Estados Unidos”, nas palavras de Correll, “como moralmente equivalentes”. Eles argumentaram que o roteiro deu muito pouca atenção à agressão japonesa, incluindo o Estupro de Nanquim e o bombardeio de Pearl Harbor. Os críticos repetidamente chamaram a atenção para uma passagem infame, que eles acreditavam representar nitidamente os sentimentos antiamericanos do Smithsonian. “Para a maioria dos americanos”, dizia o roteiro notoriamente, “foi uma guerra de vingança. Para a maioria dos japoneses, foi uma guerra para defender sua cultura única contra o imperialismo ocidental”. Embora os curadores tenham escolhido suas palavras sem sabedoria naquele caso específico, as críticas repetidas à passagem ofensiva foram feitas fora do contexto. Antes disso, o roteiro mencionava o “expansivismo japonês”, “marcado por agressão nua e brutalidade extrema”, com referências a Nanquim, Pearl Harbor e “ataques surpresa contra territórios aliados no Pacífico”.¹ A acusação de equivalência moral era familiar. Em seu livro *Telling the Truth*, de 1995, Cheney sustentou que tal relativismo — que encorajava a compaixão em relação às “falhas de outras culturas” ao mesmo tempo em que fomentava uma visão censuradora “daquela em que vivem” — era

a força motriz do revisionismo que estava moldando a história pública da nação. Os Standards, por exemplo, supostamente se equivocaram sobre a Guerra Fria, um tópico que parecia moralmente certo para Cheney. “A Guerra Fria é apresentada como uma competição mortal entre duas superpotências igualmente culpadas, cada uma empenhada em dominar o mundo”, lamentou ela. “Ignorado é o fato mais saliente: que a luta era entre o totalitarismo comunista da União Soviética, por um lado, e a liberdade oferecida pelos Estados Unidos, por outro.” Em suma, Cheney se preocupava que o relativismo abrisse a porta dos fundos para retratos pouco lisonjeiros dos Estados Unidos. Ela sustentou que os Estados Unidos são “uma estrela-guia política e econômica para as pessoas ao redor do mundo”, e ensinar de forma diferente seria “à custa da verdade”. Essa estrutura excepcionalista americana provou ser central para a controvérsia de Enola Gay. Desafios a ela não deveriam ser tolerados, particularmente no Smithsonian — o local mais importante para a formação da identidade nacional.² Além de desacordos filosóficos sobre o papel e a identidade da nação americana, pontos mais técnicos informaram os oponentes do Museu do Ar e do Espaço, como desacordo sobre uma contagem hipotética de corpos. Enquanto os críticos insistiam que quinhentos mil ou mais americanos provavelmente teriam sofrido ferimentos ou morte se uma invasão do continente japonês tivesse sido necessária, os roteiristas basearam seus números em estimativas feitas pelo governo dos EUA antes de Hiroshima. “Parece provável que as estimativas do pós-guerra de meio milhão de mortes americanas fossem muito altas”, dizia o roteiro, “mas muitas dezenas de milhares de mortos eram uma possibilidade real”. O número de quinhentas mil baixas, originado de uma estimativa inflada após o fato apresentada por Truman em suas memórias, manteve-se firme no imaginário coletivo americano. Um número tão imponderável — mais do que o dobro dos duzentos mil ou mais que morreram em Hiroshima e Nagasaki — pode ter aliviado a culpa persistente. De fato, o número cresceu durante o curso da controvérsia, quando os políticos exigiram que o Smithsonian desse “atenção ao fato de que as bombas atômicas impediram uma invasão do Japão e cerca de um milhão de baixas americanas”.³ Para os historiadores que estudaram o fim da Segunda Guerra Mundial, o debate sobre números trivializou a questão, já que algumas evidências sugeriram que, antes dos bombardeios atômicos, os formuladores de políticas dos EUA suspeitavam que os japoneses poderiam estar prestes a se render. Os historiadores estavam, portanto, igualmente interessados em explicações alternativas para o motivo pelo qual Truman decidiu usar a bomba. Foi para impedir os avanços soviéticos no Leste Asiático? Foi para proteger o monopólio americano sobre armas atômicas? Foi para evitar audiências no Congresso sobre o Projeto Manhattan, para o qual um preço enorme teria parecido gigantesco se a bomba tivesse permanecido ociosa? Foi um ato de vingança, intensamente motivado pelo racismo antijaponês que permeava a maioria das camadas da sociedade americana? Não é de surpreender que essas e outras questões plausíveis tenham ficado em grande parte sem resposta na conversa nacional sobre o Enola Gay. Ao contrário de suas salas de seminários ou de seus periódicos, os historiadores acadêmicos não definiram os termos do debate na arena pública mais ampla, onde um conjunto diferente de regras determinava qual conhecimento era aceitável e o que não era. O historiador Martin Sherwin, como autor de um influente relato revisionista da história diplomática das bombas atômicas — *Um Mundo Destruído* — e como membro do comitê consultivo do Ar e do Espaço que revisou o roteiro original de Enola Gay, estava no centro da controvérsia, especialmente depois de dizer a um repórter do New York Times em 1995 que ele

ficou "horrorizado que o Congresso não [deixou] espaço para um debate informado". Sherwin recebeu várias cartas iradas de veteranos que questionavam seu direito de desafiar suas opiniões. Um veterano do teatro do Pacífico escreveu que, embora a história política do fim da Segunda Guerra Mundial fosse em grande parte desconhecida para ele, "ainda é minha opinião que os japoneses não teriam se rendido se as bombas atômicas não tivessem sido lançadas, e isso é tudo o que qualquer um de nós pode dizer sobre o assunto". Uma crítica ao Smithsonian de W. Burr Bennett Jr. foi baseada em um sentimento semelhante. "Parece", Bennett escreveu aos membros do Congresso, "que as opiniões do Ph.D. receberam mais peso do que as opiniões daqueles que lutaram na guerra". Esse anti-intelectualismo também emanou do Washington Post, que editorializou contra historiadores como "representantes tacanhos de um ponto de vista revisionista e de interesse especial [que] tentaram usar seus caminhos internos para se apropriar e esvaziar um evento histórico que um grande número de americanos vivos naquela época envolvidos na guerra testemunharam e entenderam de uma forma muito diferente — e autêntica". Além da academia, sentimentos autênticos, não evidências, importavam mais para julgar vencedores e perdedores no debate sobre Enola Gay. O peso combinado dos Padrões Nacionais de História e das controvérsias sobre Enola Gay colocou os historiadores no centro do discurso político em um grau sem precedentes. O candidato presidencial republicano Bob Dole alertou sobre a ameaça representada pelos "árbitros do politicamente correto" e "elites governamentais e intelectuais que parecem envergonhadas pela América". O republicano do Texas Sam Johnson, que fazia parte do Conselho de Regentes do Smithsonian, proclamou que a nação queria que o museu "refletisse a América real e não algo que um historiador sonhou". Uma das cartas furiosas enviadas a Sherwin — introduzida por meio de um poema mal-humorado intitulado "Political Correctness, Yuck!" — sintetizou essa antipatia cada vez mais popular em relação aos historiadores profissionais. "A história [será] o caminho do pássaro do-do", o autor da carta se preocupou, "se o atual grupo de acadêmicos, grupos de mulheres, grupos hispânicos, grupos afro-americanos, grupos antiguerra, grupos ambientais, todos pertencentes à esquerda, escreverem nossa história." Entre os historiadores cujos reexames de mitos nacionais reverenciados ganharam legitimidade, até mesmo hegemonia, em locais acadêmicos, o ataque ao seu trabalho às vezes os pegava de surpresa. Isso era especialmente verdadeiro para historiadores diplomáticos como Sherwin, cujas conclusões revisionistas sobre a história da bomba atômica foram alcançadas de maneiras epistemologicamente tradicionais. Ao contrário dos historiadores culturais, cujas abordagens à interpretação histórica se concentravam em efêmeras, discursos e outros artefatos culturais menos tangíveis, Sherwin e a maioria dos outros historiadores diplomáticos revisionistas chegaram às suas conclusões com base em uma leitura empírica direta de telegramas diplomáticos e outras evidências extraídas de canais oficiais. Tudo isso pode explicar por que Sherwin e seus colegas pareceram surpresos que suas interpretações criaram tanto rebuliço e por que eles foram tão lentos para entrar no debate nacional sobre Enola Gay. No final da controvérsia, bem depois que o Smithsonian descartou o roteiro de "Crossroads", Sherwin se juntou ao historiador Kai Bird, mais conhecido por suas biografias penetrantes de figuras do establishment da Guerra Fria, na formação do Comitê de Historiadores para Debate Aberto sobre Hiroshima. O comitê organizou painéis no verão de 1995 para coincidir com o quinquagésimo aniversário dos atentados de Hiroshima e Nagasaki, incluindo um no National Press Club na véspera da grande inauguração da versão simplificada da exposição Enola Gay, ou, como Bird a denominou, a iteração "patrioticamente correta".

Mas os seus esforços para restaurar a integridade académica no debate nacional caíram, na sua maioria, em ouvidos moucos: o público não tratou os historiadores como autoridades na sua área — especialistas treinados — mas sim como apenas mais um grupo de interesse especial. Se as batalhas retóricas campais das guerras culturais diminuíssem a posição de historiadores e outros académicos universitários que buscavam remodelar a esfera política, essas disputas de gritos dizimaram a posição daqueles que administravam o Smithsonian e outras instituições culturais públicas. Quando o Smithsonian renegociou o roteiro da exposição Enola Gay com grupos de veteranos, a mensagem foi clara: os curadores do Smithsonian tinham muito pouca posição como especialistas e, portanto, muito pouca independência académica. “Antes do desastre do Enola Gay”, escreveu o crítico da New Republic Jason Zengerle em sua análise de 1997 da controvérsia e seu legado, “a liderança do Smithsonian podia ser considerada capaz de resistir a qualquer crítica externa que parecesse ameaçar a integridade intelectual da instituição. Hoje em dia, no entanto, o Smithsonian é percebido tanto por críticos externos quanto por alguns funcionários como mais propenso a sucumbir à pressão ideológica”. O secretário do Smithsonian I. Michael Heyman, a quem os historiadores criticaram por vender para grupos de veteranos, sustentou, em retrospecto, que “a equipe do Smithsonian não tem a mesma reivindicação de liberdade académica que um corpo docente universitário. Se um professor escreve um artigo, ele geralmente não é considerado como alguém que fala por sua faculdade; em contraste, uma exposição de museu é tomada como um reflexo de uma visão institucional”. Zengerle achou a lógica de Heyman especiosa, já que parte do mandato do estatuto do Smithsonian era “aumentar a difusão do conhecimento”, uma tarefa impossível sem independência intelectual. Mas, na prática, as opiniões de Heyman venceram. Interpretações controversas da história americana tinham mais probabilidade de prosseguir em campi universitários, onde as tradições de liberdade académica protegiam as heresias melhor do que em instituições nacionais como o Smithsonian. A American University em Washington, DC, sediou uma exposição alternativa de Enola Gay em 1995, uma exibição intencionalmente lançada para combater a versão caíada de Air and Space. A exposição da Universidade Americana foi composta pela maioria dos materiais originalmente reunidos para o Smithsonian, incluindo artefatos de Hiroshima. Grupos de veteranos tentaram inviabilizar a exposição substituta aplicando as mesmas táticas que se mostraram tão eficazes na censura do Smithsonian. O presidente dos Veteranos de Guerra Judeus enviou uma carta a Peter Kuznick, o historiador responsável pela exposição da Universidade Americana, exigindo que aqueles “cujas vidas foram salvas pelos eventos em Hiroshima e Nagasaki” pudessem “corrigir quaisquer imprecisões factuais”, o que “evitaria encorajar a corrupção histórica [e] a diátribe antiamericana”. Mas, neste caso, as táticas de intimidação falharam. Kuznick e seus colegas não foram obrigados a alterar sua exposição. A exposição da Universidade Americana ofereceu evidências convincentes de que o ataque conservador ao conhecimento histórico se mostrou mais eficaz quando foi direcionado contra instituições não académicas como o Smithsonian. Claro que sugerir que o poder bruto desempenhou um papel decisivo na produção de conhecimento histórico fora da universidade não é propor que o conhecimento académico seja puro ou que a torre de marfim seja um lugar onde os intelectuais simplesmente investigam a verdade livre de preconceitos ou outras compulsões humanas. Mas as normas de produção de conhecimento nos dois lados da torre de marfim diferem. Fora da academia, no chamado mercado de ideias, posições que ressoam com interesses poderosos, como a ideia de que os Estados Unidos lançaram bombas atômicas em Hiroshima e

Nagasaki para salvar vidas e acabar com uma guerra justa, ganha força rapidamente. Dentro da academia, onde as normas de liberdade acadêmica e revisão por pares regulam a produção de conhecimento, ideias que não conseguem atrair apoio popular em outros lugares, como os Estados Unidos lançaram bombas atômicas por outras razões que não a benevolência, às vezes, embora nem sempre, garantem uma posição. Essa dicotomia provou ser especialmente verdadeira durante as guerras culturais, quando o antiintelectualismo funcionou bem ao lado de poderosos interesses conservadores. Quando o conhecimento histórico acadêmico ameaçou poderosos interesses não acadêmicos, ele foi tratado apenas como mais um obstáculo político a ser destruído. O frenético debate nacional sobre a exposição Enola Gay foi um barômetro significativo da confusão em relação ao papel da nação em um mundo pós-Guerra Fria. As guerras históricas da década de 1990 desafiaram os legados de antigas fronteiras — o Ocidente, a Guerra Fria — precisamente porque novas fronteiras desconhecidas estavam no horizonte. Quando Bob Dole reclamou da mensagem da exposição — que “os japoneses foram retratados não como agressores, mas como vítimas da Segunda Guerra Mundial” — ele estava expressando descontentamento com a falta de acordo sobre o que ele considerava um propósito nacional exaltado. Da mesma forma, quando Lynne Cheney reclamou sobre a centralidade de figuras como Sojourner Truth nos Padrões Nacionais de História, ela estava articulando seu descontentamento com as paisagens alteradas de raça e gênero. Na América pós-moderna, nada estava resolvido; tudo estava em jogo, particularmente a história.